



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL: SOCIEDADE,
EDUCAÇÃO E CULTURA**

DORALICE AMANCIO DA SILVA

**NOS MEANDROS DA POLÍTICA LOCAL: PODERES, RIVALIDADES E TRAMAS
POLÍTICAS EM ALAGOA NOVA - PB (1912-1913)**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

DORALICE AMANCIO DA SILVA

**NOS MEANDROS DA POLÍTICA LOCAL: PODERES, RIVALIDADES E TRAMAS
POLÍTICAS EM ALAGOA NOVA- PB (1912-1913)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à coordenação do curso de Pós-Graduação em História Local da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local: Sociedade, Educação e Cultura.

Área de concentração: Política, instituições e identidades.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

CAMPINA GRANDE - PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586n Silva, Doralice Amâncio da.
Nos meandros da política local [manuscrito] : poderes, rivalidades e tramas políticas em Alagoa Nova - PB (1912-1913) / Doralice Amâncio da Silva. - 2022.
28 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Política. 2. Oligarquias. 3. Coronelismo. I. Título

21. ed. CDD 320

DORALICE AMANCIO DA SILVA

NOS MEANDROS DA POLÍTICA LOCAL: PODERES, RIVALIDADES E TRAMAS
POLÍTICAS EM ALAGOA NOVA- PB (1912-1913)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à coordenação do curso de Pós-Graduação em História Local da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local: Sociedade, Educação e Cultura.

Área de concentração: Política, instituições e identidades.

Aprovada em: 20/10 /2022 .

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Universidade Federal de Rondônia (UFRO)



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A meus pais e ao meu filho, por todo amor e cuidado, DEDICO.

Em qualquer época, os vivos descobrem-se no meio da história. Espera-se deles que preparem um banquete para o passado. O historiador é o arauto que convida os defuntos à mesa. (Walter Benjamin)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Eufrásio Cavalcante de Arruda Câmara.....	15
Figura 2 - Casarão da Fazenda Sapé.....	16
Figura 3 - João Cavalcante de Melo Cavalcante.....	16
Figura 4 - Yayá Tavares.....	17
Figura 4 - Manuel Tavares Cavalcanti.....	18
Figura 5 - Pedro Tavares de Melo Cavalcanti.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRC Partido Republicano Conservador

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2. ABORDAGEM TEÓRICA.....	11
2.1 Imprensa e Poder: Os periódicos como fonte histórica.....	12
3. O CORONEL E OS DOUTORES: A CARTOGRAFIA DE ATORES POLÍTICOS....	14
4. EUFRASISTAS X TAVARISTAS: AS DISPUTAS POLÍTICAS.....	19
5. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS	25

NOS MEANDROS DA POLÍTICA LOCAL: PODERES, RIVALIDADES E TRAMAS POLÍTICAS EM ALAGOA NOVA- PB (1912-1913)

Doralice Amancio da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as características e peculiaridades da política paraibana em âmbito local, ao analisar as práticas e disputas eleitorais a partir da atuação das facções políticas, ao dar ênfase aos grupos Eufrasistas x Tavaristas em Alagoa Nova (1912-1913). Em suma, investigar os meandros da atuação dessas facções articulando discussões sobre o coronelismo e as estratégias políticas das oligarquias, rivalidades e relações de poder, diante da multiplicidade de espaços e reconstituindo elementos de comparação de um jogo social e político. Sob uma perspectiva teórica e metodológica da Nova História Política, em suas interfaces com a cultura MOTTA (2009) e REMOND (2003) oferecem embasamento no estudo do fenômeno político como um lugar de articulação e representação social, detectando aspectos da realidade ao mobilizar valores, representações e comportamentos, utilizando os periódicos a fim de entender as tramas, perseguições, disputas eleitorais, aspectos importantes da política local durante o período republicano em suas diversas vertentes.

Palavras Chaves: Política. Oligarquias. Coronelismo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the characteristics and peculiarities of politics in Paraíba at the local level by analyzing electoral practices and disputes from the performance of political factions by emphasizing the Euphrasists x Tavaristas groups in Alagoa Nova-PB (1912-1913). In short, to investigate the intricacies of the performance of these factions articulating discussions about coronelismo and the political strategies of oligarchies, rivalries and power relations in the face of the multiplicity of spaces and reconstituting elements of comparison of a social and political game. From a theoretical and methodological perspective of the New Political History, in their interfaces with culture MOTTA (2009) and REMOND (2003) offer a basis for the study of the political phenomenon as a place of articulation and social representation, detecting aspects of reality by mobilizing values, representations and behaviors, using the periodicals in order to understand the plots, persecutions, electoral disputes, analyzing aspects of local politics during the republican period in its various aspects.

Keywords: Politics. oligarchies. coronelismo.

¹ Graduada em História e pós-graduanda na especialização em Estudos de História Local, sociedade, educação e cultura pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: doraamancio94@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As disputas eleitorais na Paraíba nos primeiros anos da Primeira República, sobretudo em Alagoa Nova,² na temporalidade 1912-1913, foi marcada por peculiaridades e conflitos acirrados pelo controle político local, porém, será necessário realizar discussões com um contexto histórico mais amplo, pois a engrenagem política na Primeira República brasileira (1889-1930) caracterizou-se pela vigência de um estado liberal, estruturado sobre um frágil equilíbrio entre elites locais originalmente agrária, com grande poder político e econômico e com o poder central, marcadas por elementos coercitivos e de reciprocidade de acordo com os interesses desses grupos.

As oligarquias paraibanas foram estruturadas a partir da concentração de poder entre pequenos grupos, pertencentes a uma mesma família ou grupo econômico em comum, inseridas dentro de uma estrutura viciada em troca de favores. As discussões neste estudo estabelecerá um vínculo de grande importância com as práticas coronelistas, o indivíduo na figura de um coronel, o mandão, o potentado, o chefe, aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário.³ Além disso, a partir dessas ponderações citadas até então, será possível investigar como determinados indivíduos e grupos comportavam-se diante de um cenário de conflitos pelo poder local.

O coronelismo foi uma forma peculiar de manifestação do poder privado, uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais. O processo histórico pelo qual o poder familiar foi absorvido como parte do interesse público enaltecidos pelas facções políticas, que utilizavam de estratégias eleitorais, decisões específicas e disputas a todo custo, usando a violência quando julgavam necessário. O papel dos coronéis, seu poder e o prestígio eram autênticos em lideranças imponentes locais, agiam com determinada autonomia, criavam suas próprias leis em seus domínios.

Ao estudar a trajetória política do Coronel Eufrásio Cavalcante de Arruda Câmara, líder da facção oposicionista no município de Alagoa Nova, que atuou como um autêntico chefe local em um contexto de disputas pelo poder, contra os Tavaristas, família abastada no município, que construíram uma trajetória política sobre as bases sólidas da parentela. Objetivamos realizar discussões tanto de cunho teórico-conceituais ligadas às relações da cultura política, do poder e das suas relações sociais, quanto de questões ligadas à dimensão da política partidária e das ações cotidianas dos atores políticos, tramas e perseguições. Significa buscar entender o modo como os homens se relacionam com suas experiências e expectativas ao longo da história, seu modo de estar no mundo em seus diversos aspectos.

Ainda na graduação, no trabalho de conclusão de curso, iniciei a pesquisa sobre Eufrásio Cavalcante de Arruda Câmara, na ocasião, realizei os primeiros estudos sobre o personagem, baseado em desmembrar um estudo de caso e as relações de poder das elites locais na Paraíba, com o estudo biográfico que enfatizava aspectos peculiares e marcantes da sua trajetória. No entanto, ao dar continuidade a pesquisa nos periódicos da Hemeroteca⁴ constatei que ele protagonizou uma série de disputas pelo controle político, sob o recorte

² Alagoa Nova, município do estado da Paraíba (Brasil), localizada na microrregião do Brejo paraibano, em 1778, já havia um povoado denominado de Alagoa Nova, e em 1790 passou a ser distrito da Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande, emancipando-se em 1850 e adquirindo o estatuto de vila, voltando a pertencer em 1900 e desmembrando-se definitivamente em novembro de 1904.

³CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

⁴ Acervo da Biblioteca Nacional Digital que faz parte da Fundação Biblioteca Nacional.

temporal de 1912-1913, período em que estava ocorrendo as eleições para o cargo de prefeito no município.

No tocante, chamo atenção para a relevância da pesquisa para a historiografia paraibana, visto que há poucos trabalhos que abordam o recorte temporal dentro da espacialidade estudada, o que nos permite adentrar em discussões marcadas a aspectos e circunstâncias não generalizantes, sobretudo, entender as peculiaridades dentro do emaranhado da dinâmica da História, levando em conta as rupturas e continuidades da sociedade, como um discurso mutável e problemático.⁵ A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras."⁶ Nesse sentido Bloch (2001) pontua:

E que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se torna das sutis seduções do estranho.(BLOCH, 2001, p. 44).

A relação entre história e tempo reporta à experiência dos homens no mundo, sua atuação política, sua vida em sociedade e a diversidade da experiência humana. Para Koselleck, compreender uma voz do passado que nos interpela implica sempre que a questão é reconstituída e problematizada no tempo histórico, “está vinculado a unidades políticas e sociais de ação, a homens concretos que atuam e sofrem, a suas instituições e organizações.” (1995, p.15)

O estudo sobre o uso e significados dos conceitos sociopolíticos, podem desmembrar os conflitos e tensões vivenciados pelos personagens, os momentos de permanência, de mudança e de projeção futura contidas em determinada situação histórica. Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural.⁷ O interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas limitam e convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado “aquilo que efetivamente aconteceu,” para analisar as condutas, individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender.⁸

A primeira parte do texto tratará em discutir os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, articulando a teoria e a prática. O historiador “escreve” a História, mas deve também teorizar sobre ela, quer dizer, refletir e descobrir fundamentos gerais a respeito da natureza do histórico e, além disso, sobre o alcance explicativo de seu próprio trabalho.⁹ Sem teoria não há avanço do conhecimento. No entanto, pensar metodologicamente um objeto de pesquisa é de extrema importância para o fazer historiográfico, os desafios e possibilidades dos periódicos como fonte histórica.

A segunda parte do texto tratará sobre os personagens enfatizados neste estudo, o coronel Eufrásio Câmara e os Tavaristas, é importante ressaltar o protagonismo no embate político dos indivíduos Manuel Tavares Cavalcanti e Pedro Tavares Cavalcanti.¹⁰ Sendo assim, daremos ênfase em discutir o lugar social dos personagens, como membros pertencentes a uma elite política local. E por fim às rivalidades propriamente ditas dentro de um contexto de disputas pelo poder, a partir da atuação das facções.

⁵ CARDOSO, 1997, p.38.

⁶ BENJAMIN, 1985, p.229.

⁷ CERTEAU, 2010, p.56.

⁸ LEVI, 2000, p.20.

⁹ ARÓSTEGUI, 2006. p. 24.

¹⁰ A Partir das pesquisas realizadas no Jornal *O Norte* detectamos a participação na disputa pelo controle político dos dois personagens pertencentes a família Tavares, o que será necessário pesquisas posteriores para aprofundar o papel das lideranças nesse embate político.

Sendo assim, será possível, segundo as perspectivas de Giovanni Levi a partir da discussão de seu artigo intitulado: “*O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*”, em que estabelece uma definição sobre o que é história; “é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais”. Não podemos imaginar uma generalização na História que seja válida.”(2014, p.1) e ainda ressalta: não podemos imaginar a tipicidade de uma época. Muitas vezes, os historiadores fizeram essa falsificação: partiram da ideia de que uma vida é típica de um momento e isso é falso.¹¹ Para o autor o grande erro dos historiadores, advém do fato de arriscar-se a construir história baseando-se em perguntas gerais, sem ao menos tentar compreender que cada momento estudado necessita de uma questão específica. Portanto, a importância em entendermos como lidar com os novos tempos, como fazer com que a história não seja uma mera repetição de datas ou fatos e de como nos atentar para as particularidades de cada objeto histórico, as nuances temáticas, os discursos que podem ser revelados.

2. ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

Após ter sido estigmatizada, no início do século XX, como emblema de tudo que se opunha à renovação dos estudos históricos, a política vem retornando ao primeiro plano da cena historiográfica desde a década de 1970, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, retomaram as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. A História Política em proximidade com a História Cultural permitiu um novo sentido, é necessário descobrir os fios, tecer a trama geral, prestar atenção em elementos recorrentes.

A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual. (RÉMOND, 2003, p.29)

Rémond (2003, p.29), enfatiza a Nova História Política se dispõe em estudar sobre os acontecimentos e interrogar-se sobre o sentido que essas ações tiveram suas consequências e especificidades dentro da conjuntura do momento, sempre adotando uma atitude interrogativa e buscando formular hipóteses explicativas para os fatos ocorridos naquele contexto. No campo do humano ou social, é necessário levar-se em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos.¹² Apesar de o político operar enquanto campo autônomo, ele não deixa de interagir com outras esferas sociais: “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.”(RÉMOND, 1996, p. 35)

Os referenciais que têm abordado o tema sobre a Cultura Política, elites políticas, bem como as ações inerentes e decorrentes a todo esse processo, contempla um universo amplo de discussões, que podem revelar alguns aspectos e sua dinâmica diante do contexto histórico estudado. Uma relação entre as características intrínsecas do sistema político, das práticas e ações de grupos de poder. O conceito de cultura política discutido por Motta (2009), enfatiza uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder, em suas mais variadas formas de manifestação podem ser bem mais observadas em dimensão comparativa, tornando-se mais favorável visualizar suas características e peculiaridades, pois muitos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um

¹¹ LEVI, 2014, p. 2.

¹² CARDOSO, 1997, p.41.

grupo. Para o autor o conceito de Cultura Política é um conjunto de valores, tradições, práticas e representações sociais partilhado por determinado grupo humano que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado.¹³

O coronelismo foi um momento particular da vida política brasileira em que os chefes locais detinham grande poder. Leal (2012), em sua obra clássica *Coronelismo, enxada e voto*, dar ênfase ao coronelismo quanto sistema, um momento específico na vida política brasileira, baseado em uma relação mútua entre o poder privado e o poder público, um jogo coercitivo inserido dentro de um contexto de estrutura agrária como uma classe dominante, privilegiando sua situação econômica e social de donos de terras, interligadas e profundamente hierarquizadas. Constituíam-se em fazer justiça aos amigos, muitas vezes se colocando como advogados em causas sociais e em outra face aplicando a lei aos adversários. Compondendo rixas e desavenças políticas, construiu-se desse modelo uma máquina engenhosa de degola aos candidatos oposicionistas.

O coronelismo, além disso, é datado historicamente na visão de Leal (2012) ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. Dessa maneira, a aliança com o poder estadual se constitui enquanto pilar de manutenção do poder político.

Linda Lewin (1993), realizou uma análise dos grupos políticos de base familiar na Paraíba em fins do século XIX até o final da República Velha, sua obra nos orientou quanto ao conceito de parentela, como se organizavam geográfica, econômica e politicamente, para conseguirem cargos políticos e permanecerem. Deste modo, a autora conceitua parentela.

A parentela estava sob o jugo de um político e de seus parentes. Dessa forma, “[...] Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e o serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que ingressavam por nomeação. Finalmente, na medida em que uma parentela pode ser considerada um grupo quase-corporativo de maior duração que o período de vida de um político, [...]”. (LEWIN, 1993, p. 113)

Queiroz (1973), em sua obra *O mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios*, realiza uma interpretação sobre o coronelismo, permitindo uma compreensão mais ampla diante da originalidade da estrutura política local, quanto a sua evolução política e histórico-social. “Entendido como uma forma específica do poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República e cuja raiz remonta no Império.” (1976, p.163)

A República na Paraíba, como nos indica Gurjão (1999), favoreceu ao desenvolvimento do mandonismo local exercido pela elite agrária que fortaleceu sua dominação e seu poder com o título de “Coronel”, expressando poder de mando, de guarda, de força política e econômica, e de dominação da terra e de quem dela sobrevive e vive. O poder das oligarquias locais se manifesta desde os processos produtivos da economia, até a manipulação da engrenagem política regional e local. Um novo modo de articulação entre as forças políticas em que por um lado se manteve as relações de poder baseadas no mandonismo e, por outro, assegurou ao Governo Central a autonomia necessária para implantar as mudanças desejadas.

2.1. Imprensa e Poder: Os periódicos como fonte histórica

É importante enfatizar os jornais aqui problematizados como fonte de pesquisa, incide sobre as relações com as representações do poder político. “As renovações do estudo da

¹³ MOTTA, 2009, p.21.

História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder.” (LUCA, 2005, p.128) A relação da imprensa local com as tarefas desempenhadas pelos intelectuais, atendiam as demandas controlando o acesso ao cenário da política. A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.¹⁴

Luca (2005, p.111-112) chama atenção para o peso de certa tradição dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. O historiador deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos que propunha “novos objetos, problemas e abordagens”.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p.112).

A fonte primária que subsidiará a pesquisa será os periódicos, mostrando as narrativas, discursos e intencionalidades, bem como as disputas diante do recorte temporal estudado. A análise de recortes do Jornal *O Norte*¹⁵ se destaca nesse embate. Os periódicos, de acordo com Luca (2008), apresenta um corpo de compromisso, jogos de interesse por vezes guiados por convicções e ideias apaixonadas sobre um determinado campo político, o que exige do pesquisador um olhar atento e flexível observando as teias sociais, as entrelinhas do documento.

O documento por si só, não diz absolutamente nada, o essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos “não falam senão quando sabemos interrogá-los (...) Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção, (...)” (Bloch, 2001, p.79). O historiador deve problematizá-lo, lançar questões sobre o documento, para que possa ir em busca de respostas.

Para Ginzburg (2007, p.287) os documentos não são neutros, eles devem ser lidos como um produto de uma relação específica, profundamente desigual. Para decifrá-los devemos aprender a captar por trás de uma superfície lisa do texto um sutil jogo de ameaças. Devemos aprender a desembaraçar os fios multicores que constituem o emaranhado desses diálogos, diante da leitura minuciosa dos indícios, num mero dado concreto, pois há minúcias que só o historiador pode ver.

No período republicano, os periódicos atuaram como uma força política, o pesquisador deve estar atento para tais armadilhas. A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades, o pesquisador deve ter ciência da evidência de comportamentos políticos independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, traz à tona conflitos, apoios mútuos buscando cativar o seu público-leitor. “Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos.” (CARVALHO, 2008, p.55) As várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raro, às

¹⁴ LUCCA, 2005, p.139.

¹⁵ A primeira edição de *O Norte* data de 7 de maio de 1907, quando a capital paraibana ainda se chamava Parahyba do Norte. Foi fundado pelos irmãos Oscar e Orris Soares, de família tradicional no comércio e política estadual. Ver <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed730-um-ano-sem-o-norte-e-dia-rio-da-borborema/> Consultado em: 17 de setembro de 2022.

demandas políticas das facções oligárquicas, proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política.¹⁶

Para Motta (2009) é possível compreender processos no interior da sociedade que dificilmente são encontrados de uma forma tão detalhada, permitem observar os movimentos e posicionamentos políticos na sociedade. O autor enfatiza a importância dos impressos como veículo fundamental de disseminação de valores das diferentes culturas e são usadas propositalmente para tal fim. “(...) desfilam heróis (e tão importantes como estes, desprezíveis inimigos) mitos, símbolos e os valores morais do grupo e nessas publicações muitas pessoas encontram motivação para identificar-se e aderir.” (MOTTA, 2009, p. 28).

A história não se apresenta de maneira transparente ao historiador, cabendo a ele apenas o trabalho de reunir as fontes, extrair dali os fatos históricos e organizá-los numa narrativa. É uma elaboração intelectual e empírica que, com base num posicionamento teórico, seleciona o tempo e o espaço de investigação, acolhe, seleciona e analisa as fontes que irão trabalhar e elabora uma narrativa de caráter explicativo. Nesse sentido, a história é tudo que temos, porém o passado, por sua vez, é algo que nunca poderemos possuir. Porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, só podemos representá-los.¹⁷

3. O Coronel e os “Doutores”: a cartografia de atores políticos

O coronel Eufrásio Cavalcanti de Arruda Câmara (1873 -1923), abastado agricultor e lavrador, dono de extensas terras nos municípios de Ingá e Campina Grande, espacialidades que exerceu influência político-administrativa. Membro predominante da elite local, conhecido como Yoyô Eufrásio, residia no engenho São José de Cabaças, onde também nasceu. Elegeu-se deputado estadual em 1900 pela chapa Venancista.¹⁸ Foi chefe da facção oposicionista no município de Alagoa Nova. Eufrásio Câmara era Venancista de primeira hora que, após o retorno de Epitácio Pessoa à política paraibana se envolveu em disputas por espaço e poder juntamente com os novos epitacistas, os jovens moços que ajudaram na montagem do projeto político.

É importante destacar que o retrato do Coronel Eufrásio, contém a assinatura do fotógrafo francês Louis Piereck vindo de Recife realizou alguns trabalhos na cidade de Campina Grande a partir de 1910. Conhecido por seu trabalho renomado, retratou personalidades políticas importantes. “Essa elite seria retratada (...) por um meio que não dúvidas quanto à veracidade de sua opulência de classe hegemônica”. (LIRA,1997, p.33) para este autor a elite não solicitava os serviços fotográficos, por qualquer pretexto, este saciava o desejo de imortalidade pelo qual podiam reembolsar uma quantia considerável. Os retratos aliados aos objetos e as indumentárias da moda construíam um cenário de modernidade que refletia o prestígio, poder aquisitivo e dos lugares sociais frequentados por homens e mulheres pertencentes a uma classe social hegemônica no início da Primeira República.

¹⁶LUCA, 2008, p. 124.

¹⁷GADDIS, 2003, p. 17.

¹⁸ O primeiro presidente da Paraíba Republicana foi o paraibano Venâncio Neiva que exerceu seu mandato de 1889 a 1891. Para muitos, Venâncio tinha afeição pela monarquia e foi indicado ao cargo por indicação dos irmãos João e Tude Neiva, bem como dos “amigos” gerais que detinham prestígio junto ao atual presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Era natural da Paraíba, nascido na capital do estado, estudou no Liceu Paraibano e formou-se em Direito no Recife. Com a chegada da República, aliou-se aos republicanos e logrou desta aliança a benesse de ser “convidado” a governar o Estado da Paraíba. Governou por dois anos. Ver: OLIVEIRA, Liélia Barbosa. PROBLEMAS SOCIAIS NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GOVERNOS DE VENÂNCIO NEIVA E ÁLVARO MACHADO (1889-1895), v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB.

Figura 1- Eufrásio Cavalcante de Arruda Câmara.



Fonte: Acervo Fundaj, Fundação Joaquim Nabuco, S/A.

Eufrásio Câmara também exerceu poder político em outras comarcas, como mostra o *Jornal O Norte (PB)* cujo título é: “Tentam uma harmonia na política de Ingá,” após a morte do coronel Antônio Galdino de Paiva a política do Ingá ficou sob os cuidados do Coronel Eufrásio de Arruda Câmara, que simultaneamente envolvia suas visitas para Alagoa Nova e outros lugares. Segundo o jornal, as pessoas naquela localidade o consideravam como intruso político e a oposição local formava uma legião bem poderosa.

Quando soubemos de oposição ao Coronel Eufrásio de Arruda Câmara, perguntamos a um de seus adversários qual o motivo dessa atitude assim assumida quando o coronel era um arauto da liberdade como se proclamava em Alagoa Nova. O interlocutor respondeu: -- O coronel Eufrásio é um em Alagoa Nova e outro em Ingá. Não acreditamos e mudamos de assunto. Fonte: *Jornal O Norte*, 14 de março de 1913, N.1386, ANNO-VI

Eufrásio Câmara residiu em sua Fazenda Sapé localizado na zona rural de Matinhas,¹⁹ atuava como autêntico chefe local no contexto da Primeira República, conhecido por seu temperamento impulsivo, impetuoso e vingativo, protagonista de muitos embates e disputas pelo poder. Foi delegado geral do município de Campina Grande, porém, em 1912,²⁰ pediu demissão do cargo, nesse mesmo ano protagonizou uma série de disputas pelo controle político com o intuito de se firmar enquanto liderança no município de Alagoa Nova.

A Fazenda Sapé, segundo Salles (1990), durante alguns momentos tornou-se ponto de encontro de seus amigos correligionários. Eufrásio Câmara sempre fazia visitas a Alagoa Nova acompanhado por um homem de sua inteira confiança chamado de Inácio Casemiro e uma cachorra que atendia pelo nome de Pilôia.

¹⁹ Nesse contexto, Matinhas era uma pequena vila pertencente a Alagoa Nova.

²⁰ *Jornal O Norte* (PB), 20/10/1912, p. 1269.

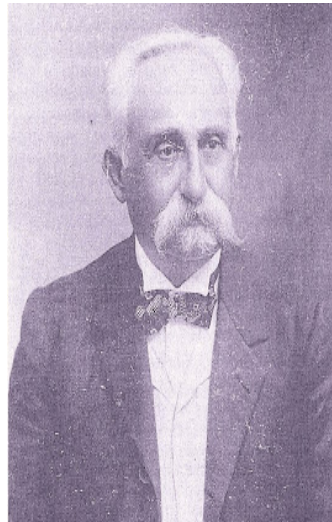
Figura 2: Casarão da Fazenda Sapé.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

No contexto de 1912-1913 a facção eufrasista disputava a liderança política com membros da família tavaristas.²¹ A Família Tavares Cavalcante possuía em grande medida uma situação de concentração de terras, denominados também de “senhores de engenho”. O poder dos Tavares tem início com João Tavares de Melo Cavalcanti,²² dentre muitos cargos exercidos, em 1904 retorna ao cenário político em âmbito municipal, utilizando do prestígio político e oligárquico foi nomeado prefeito Municipal de Alagoa Nova ficando no cargo até seu falecimento em 1910.

Figura 3- João Cavalcante de Melo Cavalcante



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande, 2013.

²¹ Manuel Tavares e Pedro Tavares aparecem no centro dos embates políticos.

²² Nasceu em Campina Grande, a 13 de Outubro de 1848. Completou seus estudos na capital de Pernambuco, Recife, obtendo o grau de Bacharel em direito, retornou a vila de Alagoa Nova. João Tavares se tornou uma figura de destaque no cenário político paraibano, após Álvaro Lopes Machado ser nomeado Governador do Estado da Paraíba por indicação do presidente da República Floriano Peixoto, em 1892. Um jogo de interesses então se configurou entre Álvaro Lopes Machado e João Tavares, que para uma maior visualização partidária no brejo paraibano, propuseram uma aliança política. “Alvaro valeu-se de João Tavares de Melo Cavalcanti como seu principal representante na Assembleia, por ser um leal partidário do antigo juiz Antônio Trindade Antunes de Meira Henriques.”(LEWIN, 1993, p.215).

Da união matrimonial entre João Tavares e Maria das Neves Pereira de Araújo (dona Yayá Tavares), nasceram sete filhos. Com a morte de João Tavares de Melo Cavalcanti, seu filho Manuel Tavares assumiu todas as atividades políticas e a administração do engenho, que localizava-se no sítio Geraldo, zona rural de Alagoa Nova, juntamente com Maria das Neves e o filho mais novo, Pedro Tavares. Yayá Tavares foi uma senhora nada convencional, que residia na região do Geraldo, exercia uma enorme influência política não só na região de Alagoa Nova, mas na Paraíba em si, sendo consultada por fazendeiros ricos e políticos quando estes necessitavam do seu apoio especialmente em momentos eleitorais, já que a própria possuía um grande curral eleitoral e devido a sua inteligência buscavam o seus conselhos e até mesmo financeiro. Dona Yayá, considerada uma matriarca de Alagoa Nova, a ela e a família Tavares a comunidade prestava obediência.

Figura 4: Yayá Tavares, 1908.

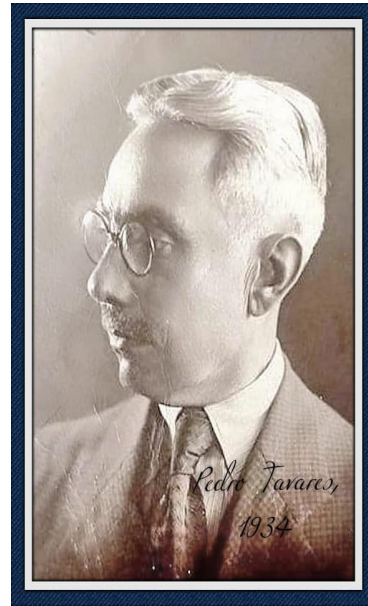


Fonte: Acervo pessoal Pedro Saulo, facebook.com.

O Dr. Manuel Tavares Cavalcanti,²³ destacou-se na política, como jornalista, atuou nos jornais *A União*, *A Notícia*, *o Combate*, *O Norte*, na Revista *Era Nova* e nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ingressou na política em 1907, elegendose Deputado Estadual; em seguida, foi eleito Deputado Federal.²⁴ Usou de sua influência e sua grande teia de relações para perpetuar o poder Tavarista na política local. O Dr. Pedro Tavares de Melo Cavalcanti seguiu carreira política no município, foi fotógrafo e industrial.

²³ Manuel Tavares Cavalcanti, nasceu em Alagoa Nova, Paraíba, no dia 15 de agosto de 1880 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1950; filho do Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti e D^a. Maria das Neves Pereira de Araújo Tavares Cavalcanti. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1911; tendo sido classificado em 1º lugar, foi contemplado com uma viagem de estudos pela Europa.

²⁴ <https://www.ihgp.net/memorial8.htm>, acesso: 07 de setembro de 2022.

Figura 5: Manuel Tavares Cavalcanti.**Figura 6:** Pedro Tavares de Melo Cavalcanti.

Fonte: Acervo Fundaj, Fundação Joaquim Nabuco, SA. Fonte: Acervo pessoal Pedro Saulo, facebook.com.

No centro do embate, estava o coronel Eufrásio Câmara contra os Tavaristas liderados pelos “doutores”, o Dr. Manuel Tavares e Dr. Pedro Tavares, atuou enquanto liderança política fazendo oposição a Eufrásio Câmara, o periódico *O Norte*, demonstra uma narrativa de disputas e rivalidades. Sob uma linha tênue havia características comuns, pertenciam a uma classe social hegemônica, isso pode ser retratado acerca dos retratos, “essa elite seria retratada (...) por um meio que não permitiria mais dúvidas quanto à veracidade de sua opulência de classe hegemônica.” (LIRA, 1997, p.33) Denota propriamente, um lugar social de uma elite que se tornou durante o início da Primeira República símbolo de poder e prestígio.

O autor Epaminondas Câmara em sua obra *os Alicerces de Campina Grande* (1999) pontua a influência dos Coronéis contrabalançado-se com a dos doutores, os rapazes que frequentavam as escolas superiores, os que delas voltavam titulados, ligados a uma parentela e tradição familiar, estes entendidos em assuntos políticos e aptos a subtrair a principais posições administrativas do município, assim, os fazendeiros tiveram que se mostrar poderosos na rua como eram nas fazendas e em seus arredores, em seu regime patriarcal, uma burguesia rural nucleando a política dos coronéis que até então era unilateral e exclusivista.

Em meados do século XIX, a quantidade de paraibanos egressos e formados na Faculdade de Recife passaram a constituir um grupo bem definido de “doutores” graduados, que tomaram para si as bases da sustentação política na Paraíba. Esses grupos de letrados representaram a formação dos chamados “homens do poder”, esses bacharéis foram responsáveis pelos desdobramentos da política estadual. As mudanças econômicas e políticas acentuaram o processo de disputas, desenvolvendo outras estratégias de manutenção do poder, nesse contexto, os filhos bacharéis dos proprietários rurais, passaram a contribuir para a dominação local em sua grande maioria, estabelecendo um vínculo com outros níveis do governo. Apesar das mudanças urbanas e o crescente desenvolvimento industrial e econômico, o fato de pertencer a determinadas famílias facilitava o processo da aquisição do poder político.

[...] a expressão ‘política de parentela’ é empregada neste estudo para denotar o papel influente que o grupo familiar extenso ou parentela exerceu na Paraíba como o núcleo organizacional para os agrupamentos políticos fundamentais. Estes, por se basearem fortemente em critérios de sangue e casamento, foram ‘grupos de base familiar’. Num nível mais complexo, entretanto, a política de parentela refere-se à maneira pela qual era conduzida a atividade política. (LEWIN, 1993, p. 115)

O processo regional tem suas particularidades, bem como o municipal, de acordo com o contexto social vivenciado, apresentam uma dinâmica cultural, social, política e econômica peculiar, a sua formação sócio-histórica apresenta portanto, arranjos que devem ser compreendidos dentro dos marcos históricos regionais, municipais, contextos e espacialidades.

4. EUFRASISTAS x TAVARISTAS: DISPUTAS POLÍTICAS

Este tópico tratará em discutir as disputas e práticas políticas do município de Alagoa Nova em 1912-1913, que possui peculiaridades marcantes e disputas acirradas no controle político local. Na arena do poder estava de um lado o grupo dos Tavares e de outro a facção Eufrasista, sobre a facção liderada pelo coronel Eufrásio o grupo era pequeno, vigilante e ativo, apelidados de cascudos, estes lideravam os chefes das famílias que lutavam pelo poder local.

Durante o contexto histórico estudado, as disputas eram protagonizadas entre um coronel com suas bases de poder, que mandava e desmandava dentro dos seus domínios. No entanto, se fez necessárias e efetivas alianças com o poder estadual. Por outro lado, a oligarquia dos Tavares em âmbito municipal atuavam dentro de uma política de parentela, controlavam o poder político e econômico com seus mandos e desmandos nos latifúndios agro-pastoril. O poder das oligarquias se manifestavam desde os processos produtivos da economia, até a manipulação da engrenagem política regional e local. Assim, a transição do Império à República resultou da convergência de duas forças sociais com objetivos diversos.

O meio político (...) permaneceu basicamente conservador, ferozmente católico romano e incondicionalmente hierárquico e familiar em seus relacionamentos interpessoais. Também não modificou sua dependência em relação à fraude eleitoral, à intimidação violenta e à guerra privada entre famílias como os expedientes principais para alcançar e manter a hegemonia política. (LEWIN, 1993, p.206)

O Jornal *O Norte* retrata a calorosa competição eleitoral no município de Alagoa Nova, quando Eufrásio Câmara tentava se firmar enquanto liderança. “Viva o herói político do termo de Alagoa Nova, viva o chefe local o Coronel Eufrásio de Arruda Câmara! Ele é digno e merecedor de nossos aplausos, da nossa estima e da nossa admiração.” Esse trecho evidencia o período em que estava ocorrendo a disputa pelo controle político no município.

Como amigo, ainda a pouco mostrou sua exuberantemente com energia a sua lealdade e dedicação: quando ligado ao emérito Dr. João Machado, por esse elo quase divino - amizade - não frepidou em arriscar sua própria vida, para fazer valer o princípio de sua autoridade, contra a hydra ameaçadora do banditismo que pretendia conflagrar o seu querido estado, pondo -se a frente e dirigindo como delegado geral as forças em ação na cidade de Campina Grande e como político reivindicando pela liberdade do voto, a verdade das urnas eleitorais, os nossos direitos compuscardos, veio ainda libertar-nos do jugo eterno da dinastia bastarda que nos oprimia, incompatível com o espírito, republicano e civilizados do País. Honra ao mérito: viva os instituídos do partido R. C. da União. Viva o benemérito que governa o nosso estado e o excelentíssimo Dr. João Pereira de Castro Pinto. Viva o intrépido e valoroso que há de dirigir o nosso município - o cel. Eufrasio de arruda câmara. Fonte: Jornal O Norte, 6 de dezembro de 1912, p. 1308.

Primeiramente chamo atenção acerca do discurso político, Balandier (1982, p.12) afirma: visam o efeito mais do que a informação e procuram a influência duradoura sobre os indivíduos, o que permite ao discurso político ter um conteúdo fraco ou repetitivo, pois o que importa é a maneira de dizer e ser ambíguo, a polissemia assegura interpretações múltiplas de audiências diferentes, o grande autor político comanda o real através do imaginário.

O trecho do periódico evidencia a aliança do coronel Eufrásio com o (P.C.R.) Partido Conservador Republicano²⁵ e o apoio de João Pereira de Castro Pinto, que em 1912, encerrado seu mandato de senador, concorreu à reeleição e foi vitorioso, mas não voltou ao senado, pois nesse mesmo ano foi eleito presidente da Paraíba. Sua eleição foi fruto de uma disputa entre dois prestigiados líderes políticos estaduais, Epiácio Pessoa e Walfredo Leal. A solução desse entrave foi João Pereira de Castro Pinto, nome de consenso entre as duas forças. Sua administração foi marcada pelo combate ao cangaço, intensa crise financeira e fortes disputas entre as facções políticas.

Segundo Cittadino (2010, p.174 -175) o período constituído entre 1912 e 1915, caracterizou-se por ser um período de transição entre o domínio alvarista e o domínio epitacista. O ano de 1912 foi marcado pelo encerramento do domínio de Álvaro Machado e de sua facção oligárquica. Na tentativa de impedir o domínio alvarista, que só foram neutralizados em razão das ações desenvolvidas por Epiácio Pessoa no plano nacional, garantindo assim, uma condição de líder oligarca.

O primeiro destes acontecimentos foi o lançamento, por segmentos oposicionistas, da candidatura a governo do Estado em substituição a João Machado, do coronel Rego Barros, militar vinculado às "salvações nacionais", movimento que pretendia derrubar as oligarquias estaduais, substituindo-as por elites políticas. (CITTADINO, 2010, p.174)

A autora evidencia que a ascensão de Rego Barros, implicaria para a oligarquia alvarista a perda do poder político e que diante da ameaça, os alvaristas conclamaram Epiácio Pessoa, que havia se aposentado do Supremo Tribunal Federal e voltado à política, para um acordo que financiasse frente às pretensões "salvacionistas."

Através deste acordo, Walfredo Leal, até então, era o candidato situacionista, retiraria a sua candidatura e passaria a apoiar o nome de Castro Pinto, candidato de consenso para alvaristas e epitacistas. Em consequência destas articulações, as eleições para governo do estado realizadas em junho de 1912 deram a vitória a Castro Pinto. (CITTADINO, 2010, p.175)

Em âmbito municipal, segundo Salles (1990), em 1913 ocorreria a renovação do conselho municipal de Alagoa Nova. Em um comício em Esperança,²⁶ pelo grupo dos cascudos liderados por Eufrásio, onde também se encontravam seus adversários Dr. Manuel Tavares e Neiva Figueiredo, ocorreram tensões políticas a ponto de deixar os próprios correligionários apreensivos, nessa ocasião o comício acabou forçadamente.

O jornal O Norte noticia o caso de Alagoa Nova como o caso do dia, o conflito político era entre os elementos do Dr. Manuel Tavares e os do Coronel Eufrásio Câmara, que disputavam ambos as eleições municipais, o jornal reitera que nos primeiros dias do governo de Castro Pinto, o coronel Eufrásio alegando direitos sobre a política de Alagoa Nova, forçou uma reunião no diretório do P.R.C. local para discutir o caso. Depois de muito discutir, a comissão entregou o caso à decisão do Dr. Epiácio Pessoa e Monsenhor Walfredo Leal, que

²⁵

²⁶ Nesse período, Esperança era uma vila pertencente a Alagoa Nova.

no Rio, ouviram os Dr. Pedro Pedrosa e João Machado. A solução foi o seguinte:

Serão garantidos todos os direitos e o pleito, devendo ir pessoa de confiança assisti-lo. O elemento que vencer as eleições locais ficará na direção local(...) Acontece que nas primeiras medidas tomadas sobre Alagoa Nova falhassem tendo o coronel Eufrásio acusado de parcialidade o alferes de polícia que lá foi. Nada temos haver com os fundamentos dessa acusação, porém achamos que uma comissão dessa natureza, deveria ser confiada em Alagoa Nova, ou outra qualquer parte, a pessoas entendidas do assunto e de maior responsabilidade. Esse critério parece ter sido adoptado na reunião de hontem do diretório do P. R. C.(...). Fonte: O Norte (PB), 12/11/1912, p. 1.287.

Essa calorosa competição eleitoral, um fato narrado e assinado pelo próprio Eufrásio Câmara, denota um acontecimento no contexto de disputas a todo custo, no sentido de represálias e perseguições, em que facções oposicionistas e situacionistas se entrecrocavam em conflitos.

Motivado por um telegrama do presidente do estado acompanhado de outro de Manuel Tavares, os tavaristas em Esperança jogaram bombas transvalianas nas portas dos adversários (...). Veio da cidade Agostinho de tal voltando acompanhado do subdelegado agripino, ali geralmente odiado levando contingente policial sob suas ordens. Peça providências urgentes, situação crítica em Esperança. Saudações! Eufrásio Câmara. Fonte: Jornal O Norte (PB) 29 /12/ 1912, p.1325.

Outro telegrama: “O alferes seguiu ontem com todo destacamento acompanhado de caibaidores a Esperança. A parcialidade é clara. Saudações. Euphrasio Câmara.” A figura do delegado ou subdelegado de polícia abarcava os interesses da situação dominante do município na relação entre o estado e o chefe político, acabando sempre fazendo vistas grossas e na facilitação de favores ou fechando os olhos, às perseguições dos adversários e inimigos políticos. O clientelismo se sustentava como troca de favores entre políticos e homens de influência para obter vantagens. Outro telegramas enviado ao Jornal demonstra tamanha rivalidade:

Alagoa Nova. Ontem nesta povoação, quando o Coronel Eufrásio Câmara falava ao povo relativamente a eleição Dr. Neiva Figueiredo e Pedro Tavares, delegado de polícia e força pública perturbaram meeting tentando espingardear coronel Eufrásio e seus amigos comerciantes atemorizados abandonaram os estabelecimentos, sofrendo prejuízos. A casa do padre Agra foi cercada pela força pública. Diversos negociantes cogitam retirar-se da localidade por falta de garantia. (Assignados) Comerciantes, Theotonio Costa, Joaquim Santiago Baptista, Cícero Raymundo, Ignácio Rodrigues, Jovino Brandão e José Bezerra. Fonte: O Norte (PB), 12/11/1912, p.1.287.

A partir do trecho acima, é possível detectar que os amigos correligionários do Coronel Eufrásio Câmara, eram abastados comerciantes da localidade. Em um jogo de alianças ligados por laços de fidelidade, compadrio e troca de favores, com interesses em comum, se articulavam e se reuniam para tratar de assuntos políticos. O jornal O Norte retrata a notícia intitulada de: *O caso de Alagoa Nova*, telegrama enviados pelo Coronel Eufrásio Câmara:

Esse caso de Alagoa Nova irá facilmente entrar para a história, pelos telegramas, consultas e memorial para o coronel Eufrásio Câmara, apesar de já constar das actas que o coronel João Lyra, escreve como secretário de comissão executiva, actas que hão de futuro constar em algum livro. A comissão executiva tomou a sua 1º reunião após a posse do Dr. Castro Pinto, conhecimento do mesmo para affectal o aos senhores Epitácio Pessoa, Walfredo Leal, João Machado e Pedro pedrosa. Esses resolveram que caso Eufrásio vencesse seria o chefe acontecendo o mesmo aos Tavares. Ora, essa vitória ainda está em recurso e se não

nos falha a memória, esse foi entregue à comissão consultiva e distribuído ao Dr. Olavo Magalhães, provedor jurídico do estado. agora se reúne a comissão com alguns ilustres apêndices políticos para tratar o caso de Alagoa Nova. Fonte: Jornal O Norte (PB), 22/01/1913, p. 1343.

O sistema republicano a nível estadual, a sua sobrevivência e a estabilidade política, era caracterizada por articulações no espaço político-administrativo, manipuladas entre os membros e as lideranças do próprio partido que decidiam a partir de suas indicações e arranjos, um desfecho para as eleições a nível municipal. Assim, bases do poder eram sempre beneficiadas por concessões dadas pelo Presidente do estado e seus correligionários.

O Jornal *O Norte*, na coluna notícias políticas, realiza uma descrição de como teria ocorrido às eleições naquele contexto, o trecho começa enfatizando que a eleição senatorial que ocorreu em 19 de novembro de 1912, poderia dar ideia de como seria o pleito de 1º de dezembro, durante a narrativa o jornal cita uma suposta fraude eleitoral, pois em quase todas as localidades oposicionistas e governistas, votaram no candidato do P.R.C. com as mesmas chapas impressas, o que seria impossível saber qual facção local mais eleitores levou ao pleito, prevendo isso o Coronel Eufrásio Câmara em Alagoa Nova, resolveu que suas chapas fossem manuscritas, ao passo que as outras eram impressas. O fato é que na apuração do pleito o coronel Eufrásio, deu 53 votos a mais que o elemento dos Tavares, constatado pelo número das chapas diferentes das demais e pelo testemunho do Dr. João Suassuna, delegado especial para esse fim, escolhido pelo diretório do partido. Assim continua o periódico:

Essa vitória do Coronel Eufrásio causou impressão no mundo oficial, espantou o próprio delegado, apesar de haver o Dr. Tavares ter declarado não ter pleiteado com todas as forças essa eleição, aguardando-se para a municipal. Muita gente mais entendida do que nós nas coisas políticas declara ser difícil cobrir esse número dando vitória aos situacionistas. Assim devemos esperar o pleito de 1º de dezembro e caso o senhor Eufrásio Câmara ganhe será elevada a categoria de chefe político de Alagoa Nova com todos os cargos, penacho e bastão. Fonte: Jornal O Norte (PB) 22/11/1912, p. 1.295.

Gurjão (1999, p.56) afirma que por ocasião das eleições os chefes políticos costumavam falsear os votos e os resultados das urnas contabilizando votos existentes ou não para seus candidatos, assim a legislação eleitoral favorecia os coronéis na medida em que controlavam e manipulavam as eleições. O pleito teria sido vencido pelo Coronel Eufrásio como consta outra notícia:

O Coronel Eufrásio por essa ou aquela causa venceu o pleito municipal de Alagoa Nova, constatado pelo delegado especial do governo, o Dr. João Suassuna é bem verdade que a parte contrária não afirmou sua derrota tendo naturalmente de recorrer das eleições ao exmo. presidente do estado (...) E o caso de Alagoa Nova ficou sendo simplesmente o caso de Alagoa Nova. Mas o coronel Eufrásio insiste. Tem em seu poder uma carta. Há a declaração dos chefes do partido disputante, assim sendo a luta do Coronel Eufrásio vai ser agora perante o diretor do nosso P.R.C. Fonte: Jornal O Norte(PB), 10/12/1912, p. 1.311.

No entanto, o que ocorreu foi a obtenção da vitória da facção Tavarista, na disputa eleitoral em Alagoa Nova, em janeiro de 1913. O trecho do Jornal, demonstra a não aceitação do resultado da eleição por parte de Eufrásio, tal acontecimento foi marcado por brigas e desavenças. O que podemos perceber é que na célula municipal, embora a chamada política dos governadores beneficiasse um grupo em detrimento ao outro, as brigas políticas entre aliados eram elevadas ao extremo.

Manoel Nico, em casa do comerciante Pereira, e motivado por um telegrama do Dr.

Manoel Tavares, em que anunciava ter obtido Victória completa, principiou a debicar por meio de apelido ao menor, de família, Faustino Bezerra, filho e irmão de amigos políticos meus, e sendo repellido pelo referido menor, esbofetou-o. Intervindo o senhor Pereira o menor pode livrar-se das garras de Nico, e quando já na rua, Nico tentou novamente esbofetear, não levando o efeito por Faustino ter lançado mão de uma faca. Mas ... oh! Polícia de Alagoa Nova! Foi o mesmo Faustino desarmado e preso não entrando felizmente na cadeia por uma dessas coisas incompreensíveis, quanto a Manoel Nico voltou para casa sem incômodo algum e pronto para fazer outra, como já fez por 3 vezes. Peço-vos a fineza de publicar essas linhas a fim de que cheguem ao conhecimento do Exmo. Presidente do estado e dr. Chefe de polícia para providenciarem sobre estes fatos para que meus amigos não se vejam obrigados a aceitar a luva na altura que os Tavaristas quiserem, recaindo, porém, a responsabilidade dos srs. Tavares, únicos mandatários. Pergunto agora vitória completa de que? Como? Só se a vitória completa é igual a de Antônio Silvino e José Brasilino. Eufrásio Câmara. Alagoa Nova, 30 de janeiro de 1913. Fonte: *Jornal O Norte (PB)*, 04/02/1913. p.1354.

Afirma Sousa Júnior (2015, p. 89) que durante a Primeira República, a participação do eleitorado no processo político tinha aspecto meramente formal e decorativo, eram convocados apenas para homologar as escolhas previamente estabelecidas pelos chefes políticos. As máquinas eleitorais eram, aparentemente, acionadas pelos partidos, mas a vontade que prevalecia era o partido do chefe estadual com alianças locais. Portanto, a participação da população no processo de eleição era apenas uma teatralização para fortalecer o poder das oligarquias paraibanas.

Segundo Queiroz (1973) opositor eram perseguidos e maltratados, aprisionados e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo o quanto se arriscavam em perseguir os adversários sem temor, a autora destaca como uma guerra de família, as disputas e violências eram muito intensas, situações e oposições se entrecrocavam em conflitos sangrentos. Durante a República Velha a corrupção e a violência caracterizavam as disputas entre as oligarquias situacionistas e opositoristas dos municípios. Os Coronéis mandavam seus “cabras” emboscar e agredir seus adversários, quando não contratavam com os bandos de cangaceiros para fazer o serviço. “Para os amigos pão e para os inimigos pau,” a relação era marcada pela hostilidade na perseguição aos adversários.

O coronel Eufrásio Câmara, menciona nas linhas finais, o nome do percussor do cangaço, Antônio Silvino, que durante o mandato de Castro Pinto, foi marcado pelo combate ao cangaço. O governo da Paraíba queria pôr fim aos cangaceiros e aliou-se a mais quatro estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.²⁷ Lewin (1993), observa que, à medida que o banditismo cresceu no nordeste brasileiro, no início do século XX, os grupos políticos oligárquicos que comandavam os poderes políticos estaduais, sobretudo de Pernambuco e da Paraíba, passaram a realizar uma ação concentrada para combatê-lo. Isso porque comerciantes, jornalistas e profissionais, passaram a protestar contra a indiferença das autoridades públicas em face dos níveis crescentes da ação de Silvino, que estava ameaçando as elites locais.

Lewin (1993) enfatiza que a emergência do coronelismo e, por vez, a intensificação das sangrentas disputas familiares municipais, também foram responsáveis pela ascensão do banditismo (cangaço). Como exemplo, ela apresenta as conexões de Silvino com as lutas entre famílias de elite na Paraíba e em Pernambuco.

²⁷ Em relação ao banditismo levado como questão política. Silvino apreciava mandar recados às autoridades, em 1912, ele enviou um telegrama à capital paraibana com o seguinte teor: Dr. Castro Pinto, presidente da Paraíba. Não tenho medo de quatro estados. O Dr. José Rodrigues de Carvalho, pise o milho, faça a massa e dê a esse Pinto para comer, que o mal dele é fome. Antônio Silvino de Moraes. (CARVALHO, 1967, p. 28).

Em 10 de janeiro de 1913 Eufrásio Câmara escreve novamente ao jornal *O Norte*, descrevendo um acontecimento após o fim da eleição em relação ao funcionalismo público, ainda muito presente nos dias atuais é uma herança da política oligárquica.

Ilustre cidadão redator. Cedo principiam as manifestações de tolerância tavarista. O meu amigo cidadão, José Virginio de Moura que há muitos anos exercia o lugar de fiscal, acaba de ser demitido pelo prefeito Dr. Pedro Tavares pelo grande crime de ter votado em minha chapa. E assim que os Tavares obtiveram o programa de governo do Exmo. O Sr. Dr. Castro Pinto. Isso em relação a empregados públicos. Fonte. Jornal *O Norte*, 15/01/1913, p. 1337.

Após a obtenção da vitória Tavarista foi alocado o nome do Dr. Pedro Tavares, nomeado prefeito de Alagoa Nova e perpetuando o poder oligárquico da parentela. No entanto, o Coronel Eufrásio não estava satisfeito com o resultado eleitoral. Assim acontece uma reviravolta na política local, como demonstra o jornal a seguir, intitulado: *O caso de Alagoa Nova*.

Depois que o órgão oficial proclamou ao Coronel Eufrásio Câmara como o político de mais prestígio ali, vai tomar um aspecto novo. O atual prefeito, o Dr. Pedro Tavares pedirá exoneração do cargo que ocupa e será nomeada uma pessoa simpática aos elementos que ali digladiam em torno da posse política do município. Fonte: Jornal *O Norte(PB)*, 04/02/1913. p. 1354.

Assim ocorreu, exonerado a pedido do próprio Pedro Tavares do cargo de prefeito municipal de Alagoa Nova foi nomeado para substituí-lo o cidadão Teotonio Tertuliano da Costa.²⁸ No contexto, Eufrásio tentava se consolidar no meio político a partir do controle dos cargos locais e partiu em nomear para cargo de prefeito sob a concordância do presidente Castro Pinto, numa tentativa de entendimento das duas alas.

Eufrásio partiu em indicar um nome para cargo de prefeito, Teotonio Tertuliano da Costa, abastado comerciante em Esperança, os Tavares concordaram com a nomeação.²⁹ Percebemos neste caso que tais práticas, faziam parte da cultura política, em indivíduos eram nomeados de acordo com os interesses do grupo dominante. Dessa maneira, “aos candidatos a cargos sufragados não resultam de uma seleção espontânea, mas de uma escolha mais ou menos forçada.” (Leal 2012, p.70)

A instabilidade do sistema exigia que a maioria dos coronéis apoiassem o governo, dessa maneira as manipulações dos resultados eleitorais, que na maioria das vezes beneficiava um grupo em detrimento ao outro, ou seja, se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores, se viam em posição difícil ou por vezes insustentável. “Um mínimo de estabilidade do sistema exigia algum tipo de entendimento com os coronéis, ou parte deles, sendo de importância secundária que a contrapartida do coronel se concretizasse exclusivamente em votos. Bastava o apoio tácito, a não rebelião.” (CARVALHO, 1998, p. 137).

O trecho do jornal abaixo evidencia de forma irrefutável a concorrência dos Tavares contra Coronel Eufrásio e determinada tentativa de entendimento das duas alas.

O Dr. Manuel Tavares de Cavalcanti não comparecerá hoje na audiência criminal para a formação da culpa do Col. Euphasio Câmara pelo que não será ouvida as testemunhas. O procedimento do Dr. Tavares é motivado a pedido do seu amigo Dr. Cunha Lima presentemente nesta capital promove os meios pacíficos de acabar para

²⁸ Fonte: Jornal *O Norte(PB)*, 09/04/1913, p. 1382.

²⁹ MARIZ, Celso. Apanhados da História da Paraíba. A União (Ed. 3, p. 102)

sempre a atual situação a marchia de alagôa Nova. A face disso o Dr. Tavares está decidido a não prosseguir a marcha do processo contra o cel. Euphasio, até que seja definitivamente um acordo honroso para as partes discordantes. Por essas animadoras declarações aministradas por Dr. Tavares mesmo quando ontem conversamos, parece que em breve a paz estará com os chefes situacionistas de alagoa Nova, esta paz que tanto eles carecem agora. Fonte: Jornal *O Norte(PB)*, 09/05/1914, p.1.716.

A reconstrução de um contexto histórico a partir dos personagens, nos oferece possibilidades e subsídios para alçar vãos e estudar a grande teia de relações. O movimento político está marcado por uma série de episódios, que nos permitem percorrer caminhos possíveis para desvendar e ampliar os sentidos. Esses atores se afrontam, mas também se aliam de acordo com as possibilidades, estão em constante mutação.

5. CONCLUSÃO

A partir das discussões realizadas durante este trabalho, foi possível estudar a entrelinhas da política local ao desvendar as singularidades de uma época e contextos históricos pautados em relações de poder. O Coronel, durante a Primeira República não se constitui por si só, embora exercesse o poder dentro de seus domínios, reafirmavam seu jugo e dominação em suas infinitas faces. A ampliação, ou melhor reestruturação de poder, se deu a partir de processos relacionais, se fez necessário dentro da conjuntura, estabelecer vínculos de poder. Aliou-se com correligionários, tentou apoio de outros homens de poder, de uma imprensa e de um poder central, estabelecendo elos de inter-relacionalidade.

Na peculiaridade do poder local coronel disputava o cenário político com a oligarquia dominante. O poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo social. Nas premissas das práticas políticas a nível municipal, as rivalidades por vezes é uma relação de força e por outra reciprocidade. A teoria é formulada apenas em termos de compromisso político: os coronéis apóiam o governador, que lhes dá carta branca em seus domínios, os governadores apoiam o presidente da República, este reconhece a soberania deles nos estados.

O uso dos jornais na política, reafirma um grande poder de convencimento e persuasão. A busca por efeitos sejam eles positivos e negativos buscam atingir uma verdade a partir do discurso, o autor Balandier em sua obra *O Poder em Cena* afirma: “O grande autor político comanda o real através do imaginário.” (1982, p.6) Porém complemento, o grande autor político comanda o real e o imaginário através de suas práticas, discursos, representações, posicionamentos, estabelecendo causas, efeitos e consequências.

A centralização política foi o fator que conduziu os governadores do estado da Paraíba a impor sua autoridade sobre o interior, a nível municipal e em âmbito local, dentro de um frágil nível de equilíbrio e interesses, diante de contextos políticos previsíveis é onde o imprevisível acontece, autores políticos ganham outros enredos, marcados por tamanhas rivalidades, perseguições e relações de força.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006. p. 24

BALANDIER, Georges. **O poder em Cena**. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BENJAMIN, W. **As Teses sobre o Conceito de História.** In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Ronaldo Vainfas (orgs.) **Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia** - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em 13 set. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política Imperial.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

CARVALHO, José de Rodrigues. **Cancioneiro do Norte.** Instituto Nacional do Livro, 3. ed. Rio de Janeiro 1967.

CITTADINO, Monique. **A PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A OLIGARQUIA DE ÁLVARO MACHADO (1892-1912)** In: *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico* /Edna Maria Nóbrega Araújo, Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega, Martinho Guedes dos Santos Neto e Vilma de Lurdes Barbosa (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história. Como os historiadores mapeiam o passado.** Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Os Fios e os Rastros: verdadeiro Falso e Fictício.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Los extractos de tiempo. Estudios sobre la historia.** Barcelona: Paidós Ibérica, 2001. p 68.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto O município e o regime representativo do Brasil.** ed. 7, Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. **O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar.** Revista Tempo, vol. 20 – 2014, p.120.

LEVI, Giovanni. **A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Pref. Jacques Revel, trad. Cinthya Marques de Oliveira- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIRA, Bertrand de Souza. **A fotografia na Parahyba: do álbum de família à coluna social.** In: *Fotografia na Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB, 1997, p.101-136.

LUCA, T. R. **História dos, nós e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.** In: _____ (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo de Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **PROBLEMAS SOCIAIS NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GOVERNOS DE VEN NCIO NEIVA E ÁLVARO MACHADO (1889-1895)** v. 17, n. 1, XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** - 2.ed., a. reimpressão. São Paulo : Contexto, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, p. 163-212, 1976.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. (org.) **Jogo das Escalas: a experiência da microanálise.** trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Roberto da silva. **Pocinhos: o Local e o Geral.** 1. Ed. Campina Grande, 2003.

SALES, Borges de. **Alagoa Nova Notícia para a sua terra.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1990.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vida, 1697-1864.** Oficinas Gráficas da Livraria Moderna, 1999.

SOUSA JÚNIOR, José Pereira. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas – (1890-1930).** Tese de Doutorado em História, UFPE, 2015.

Fontes

Periódicos

O Norte (PB) - 06/12/1912.

O Norte (PB) - 20/10/1912.

O Norte (PB) - 12/11/1912.

O Norte (PB) - 29/12/1912.

O Norte (PB) -12/11/1912.

O Norte (PB) - 22/01/1913.

O Norte (PB) - 22/11/1912.

O Norte (PB) -10/12/1912.

O Norte (PB) - 04/12/1913

O Norte (PB) -15/01/1913.
O Norte(PB) - 04/02/1913.
O Norte (PB) -09/03/ 1913.
O Norte (PB) - 09/05/ 1914.